

Investigar: Guia etnográfico

Christine Escallier*

das Sociedades Marítimas e Piscatórias

*Etno-antropóloga, Universidade da Madeira
Investigadora, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Lisboa, Portugal

O MAR NÃO É APENAS UMA VASTA EXTENSÃO DE ÁGUA. É um mundo que sempre fez parceria com o homem. Desde tempos remotos, as populações concentraram-se massivamente nas zonas costeiras e cidades portuárias. Antigamente reservado para a pesca, comércio e operações militares, o mar tornou-se, séculos depois, espaço de lazer e objeto de pesquisa.

Para apreender o mar, os homens construíram conhecimentos, implementaram técnicas, desenvolveram explicações mágico-religiosas ou teorias científicas que moldaram a identidade dos marítimos, confrontados – é isto que sobretudo os caracteriza – com o perigo de um mundo físico instável e as contingências de uma economia haliêutica e marítima especial.

O mar constitui então um desafio territorial, económico e identitário vital. Homem do mar e homem da terra dependem dele. Esses desafios, fontes de atividades sociais, inovações tecnológicas e socioeconómicas, conflitos locais e internacionais, merecem a atenção de antropólogos, sociólogos, economistas, geógrafos e historiadores, que, por eles, se interessam, numa interação interdisciplinar com as ciências biológicas, haliêuticas ou oceanográficas. Trata-se de explorar o mar de forma produtiva e numa preocupação de sustentabilidade.

As atividades, nos meios aquáticos, assumem um lugar muito importante no conjunto das realizações humanas, mas são ainda pouco conhecidas, sobretudo devido à sua especificidade. As ciências sociais e humanas trabalham, há mais de um século, sobre as populações do litoral. A constituição de uma antropologia marítima, enquanto área específica de pesquisa, é relativamente recente. Inscreve-se em primeiro lugar, nomeadamente em França, no quadro de uma antropologia das técnicas e dos conhecimentos naturalísticos (Koechlin 1975; Geistdoerfer 1987). Ora, qualificar a antropologia de “marítima” é afirmar que há técnicas de observação e formas de análises específicas para as sociedades litorâneas.

REFLEXÕES GERAIS SOBRE O MEIO ESTUDADO

Todo o processo social insere-se num quadro espacial – um território. As sociedades marítimas

têm, como peculiaridade, viver em dois espaços distintos:

- O marítimo, onde desenvolvem atividades e técnicas: navegação, pesca, caça, exploração, forragem.
- O terrestre, compartilhado com os outros membros da comunidade, nomeadamente os que participam na produção haliêutica através de diversas tarefas pré e pós-pesca/captura: mulheres de pescadores, pescadores reformados, crianças.

A observação dessas práticas, em diferentes espaços, revela as realidades sociais, económicas e culturais do grupo.

Já a observação da tecnologia cultural (Koechlin & Matras 1971) permite identificar os laços complexos entre as transformações/inércias técnicas e a evolução social, metodologia rigorosa que oferece respostas concretas e visíveis. Por conseguinte, refere-se, neste caso, tanto a uma antropologia marítima e do espaço como das técnicas. Deste modo, este guia propõe uma série de questões de investigação e hipóteses a testar relacionadas com as práticas e as representações nos seus aspetos materiais e simbólicos.

QUESTIONÁRIO 1 – A COMUNIDADE MARÍTIMA E PISCATÓRIA

- Avaliar a importância (por percentagem) de pescadores e não-pescadores (presente e passado) na comunidade alvo.
- Estudar a evolução histórica do grupo dos profissionais da pesca, na vertente política, económica e sociocultural.
- Definir as categorias profissionais dos trabalhadores do mar (pescador/a artesão - pescador/a industrial; pescador/a-coletor/a, pescador/a-agricultor/a (recolha de algas), caçador/a (baleia).
- Definir o género da população piscatória (pescador/pescadora; evolução/involução).

Comentário: Fontes principais: arquivos das capitánias e Câmaras Municipais.

QUESTIONÁRIO 2 – OS ESPAÇOS LITORAIS E MARÍTIMOS

O espaço é um lugar físico com uma estrutura de origem cultural que organiza a relação social (Hall 1986). O homem utiliza esse espaço em todas as atividades desenvolvidas, dividindo-o em diversos territórios - espaços de encontro, observação, jogo e manifestação, mas também de trabalho, educação e defesa.

É possível compreender e analisar o espaço enquanto “documento”, ou seja, como suporte de informações e elemento de organização. Não se pode estudar os sistemas de saberes sem abordar os diferentes processos de identificação, apropriação, domesticação, distribuição e transmissão, pelos quais o homem se apropria do meio envolvente.

Um estudo etnográfico deve fornecer os meios para compreender o vínculo que une o espaço ao indivíduo, os movimentos que correspondem à apropriação prática e simbólica desse espaço: os trajetos, os percursos, os modos de ocupação dos lugares privados e públicos, os comportamentos dos atores nos diferentes tipos de espaço e o vocabulário utilizado para definir lugares. Estes índices comportamentais, sociais e verbais dão uma ideia do espaço “vivido”, ou seja, praticado e representado.

A questão do espaço é objeto de numerosas interrogações e preocupações, incluindo as recomposições territoriais, à escala mundial desde as últimas décadas, e a relação espaço/identidade, a qual produz inovações e ideias, como o aparecimento de novas orientações ou disciplinas (Antropologia do Espaço, Arquitetura Escolar, Design dos Espaços...). Demonstra, por conseguinte, a ideia de que existe uma Ciência do Espaço.

1. OS ESPAÇOS TERRESTRES

a) Áreas do município

- Como se situa o espaço municipal, urbano ou rural, em relação ao espaço aquático/marítimo?
- Qual a orientação das casas, armazéns, porto de abrigo, lota... em relação ao espaço marítimo?

- Qual a orientação das ruas, praças, becos e rodovias principais em relação ao mar e/ou ao porto?
- Como é que se divide a vila? Há bairros de pescadores? Existem habitações marginais: cabanas, barracas, favelas?
- Cada bairro de pescadores reagrupa uma categoria profissional específica? (i.e. os que praticam a pesca artesanal ou industrial; local-costeira ou longínqua?)
- Como se organizam os grupos sociais: grupos de pescadores e não-pescadores?

Comentário: a representação das áreas ou dos bairros baseia-se nas práticas diárias, tais como os trajetos repetidos. Mostra-se necessário diferenciar os curtos dos médios e longos e as distâncias relativamente aos espaços de consumo, os lugares mais movimentados, o modo de transporte, a mobilidade urbana, etc.

Esquece-se muitas vezes de estudar os circuitos “fechados” (entre dois pontos) que, além de marcar um território, originam interações sociais (movimento de pessoas), troca de bens e informações.

Comentário: segundo Henri Lefebvre (1998): o bairro é uma extensão do espaço privado construída a partir das repetições dos trajetos efetuados e das atividades praticadas. Nos bairros dos pescadores é costume ver secar na rua, ou contra uma fachada, roupas, redes e covos, como também mulheres cozinhar (grelhar na brasa uma sardinha) e jantar sentada na soleira da porta (Portugal). De igual modo, o barco e a taberna habitual são, para os pescadores, uma extensão da casa.

- Existe um porto de abrigo natural (praia)? Descrever a sua configuração geomorfológica e as atividades que aí se desenrolam: embarque/desembarque dos pescadores e do peixe; atividades pré e pós-pesca.
- Existe um complexo portuário? Qual a sua estrutura? Existem armazém, lota, escola de pesca?
- Como funciona o complexo? Referências à organização ou regulamento interno elaborado pela capitania, sindicato ou outra entidade.

Comentário: observar as transformações através dos registos de informação cadastral (alteração das atividades; construção de um complexo portuário com modernização das instalações exis-

Fig. 1 - Calendário anual de pescas artesanais

tentes e consequências para a população alvo; deslocação dos espaços de uso comum; em suma, alteração dos comportamentos).

b) Espaços administrativos

- Quais são as estruturas e autoridades marítimas que regem a prática da pesca profissional? (capitania, sindicato, polícia marítima, escola de pesca, lota, etc.)

pesqueiros (gestão técnica/controlo do material, das malhagens, do recurso/quota; redução do número de unidade-barco, da potência/CV¹, da capacidade/TAB², da redução do tempo de pesca/calendário).

Comentário: convém estabelecer um calendário anual de pesca de cada espécie, técnica (aprecho utilizado) e zona de pesca (fig. 1)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Carapau			*	ARTE XÁVEGA – REDE DE CANDIL								
Sardinha	15	***		15	**	ARMAÇÕES			15	15	**	CERCO AMERICANO
Meixão	CAPINETE 28								1º	CAPINETE		
Lagosta Lagostinha				15	GAIOLA + COVO + REDE DE EMALHAR				15			
Espécies diversas	1ª	LINHA + APARELHO DE ANZOL										31
	Congro/safio, pescada, robalo, cantaril, cabra-lira, cherne, tamboril, faneca, galo-negro, boga, corvina, raia, solha, azevia, rodvalho, anjo, leitão, pata-roxa, imperador, cabra francesa, xaputa, peixe-espada, peixe-rei, cachucho, tainha, pregado, cavala, sarda...											
	*Datas variáveis ** Datas legais ***Pesca proibida											

Comentário: O estabelecimento de contatos regulares com as instituições locais, públicas terá uma grande importância no sucesso futuro da investigação. A Capitania, graças aos seus arquivos, detém informações primordiais, que permitem reconstituir a história da comunidade alvo. Os registos conservam a memória da população piscatória e das atividades exercidas e possibilitam a realização de um inventário tão humano como técnico. Através da matrícula dos indivíduos, pode-se: organizar quadros estatísticos por idade, sexo e nacionalidade dos pescadores/pescadoras; determinar a idade legal, ou não, para solicitar uma cédula em diferentes épocas; inventariar os desembarques e as migrações; com a matrícula das embarcações e os dados que a acompanham, é possível reconstituir a evolução da arquitetura naval ao longo do tempo; notar o aparecimento e desaparecimento de tipos específicos (i.e.: os antigos galeões ou barco-de-bico) e de técnicas de pescas associadas, como a evolução da frota (sistema de propulsão/remo-vela-vapor-motor)

- Quais as leis que regulamentam o direito de acesso ao recurso, segundo as zonas de pesca (espaço local, costeiro, do alto, lacustre, fluvial, mar fechado...)
- Como se faz a gestão dos recursos

c) Designação e toponímia

- A toponímia terrestre regista a existência de diferentes zonas e variações de "paisagens"?
- Inventariar os topónimos em função das categorias em que se inscrevem (pesca; trabalho rural; outras atividades terrestres (i.e. *rua do Forno; rua das Traineiras; rua dos Pescadores; rua do Mercado...*).

d) Lugares de sociabilidade

- Onde se reúnem os marinheiros/pescadores quando não navegam (taberna, bar, clube...).
- Descrever as atividades realizadas nestes lugares (beber, comer, jogar, dormir, comerciar).
- Precisar o/s grupo/s de marinheiros/pescadores que frequentam o local segundo a idade, o sexo, o estatuto profissional.
- Todos membros da mesma tripulação frequentam o mesmo lugar?
- Os não-pescadores frequentam os mesmos lugares?

1 Cavalo-vapor.

2 Tonelagem de Arqueação Bruta.

- As mulheres da comunidade piscatória frequentam também estes lugares e/ou as turistas?
- Inventariar e descrever as festas (dos pescadores, do mar) e outras atividades de socialização civis e religiosas.
- Estabelecer um calendário anual dos eventos.

e) Espaços urbanos sexuados

- Diferenciar os lugares de sociabilidade masculinos, femininos e mistos.
- Inventariar os espaços específicos dos pescadores/das pescadoras e mulheres de pescador (taberna, clube, café, praça, rua, calçada, tanque...).
- Identificar as extensões terrestres do mar (faixa litorânea/zona de maré, praia, porto, cais, barco).
- Quais as atividades desenvolvidas nesses espaços? Quem os frequenta e quando?
- Quais são os espaços mistos de transição (terra/mar) e atividades exercidas?

Comentário: o espaço terrestre é o lugar de encontro entre homens e mulheres. Nas comunidades artesanais, a tradição diz-nos que as atividades piscatórias sempre se dividem: os homens vão para o mar enquanto as mulheres assumem as atividades terrestres. Elas estão estreitamente envolvidas na economia haliêutica, participando na produção e realizando diversas ações: preparação do produto, transformação e comercialização. Assim sendo, as atividades sexuadas evidenciam uma organização tão geográfica quanto social extremamente estruturada. Desta divisão depende o sucesso do ofício do pescador. A análise comparada dos comportamentos, marítimos e terrestres, destina-se, portanto, a revelar formas de ser e de agir, práticas, sistemas de representação e expressões coletivas. E, se numa primeira abordagem, o postulado é a oposição mar/terra, paradoxalmente revela a fusão existente entre estes dois mundos.

2) OS ESPAÇOS MARÍTIMOS/AQUÁTICOS

a) Localização

- Quantas zonas de pescas os pescadores exploram (mar, mar e rio; oceano; lago)?
- Os pescadores exploram um ecossistema de transição (zona entre marés, faixa

- litoral, praia, rio, foz, manguezal, lagoa)?
- Identificar geograficamente as zonas marítimas (local, costeira, do alto/longínqua) a partir das práticas de pesca, dos tipos de ferramentas manuais utilizados, do tempo de navegação e da campanha de pesca.

Comentário: o mar é, teoricamente, um espaço livre e sem limite, onde os indivíduos realizam várias atividades adaptadas aos diversos fundos. Ao contrário dos agricultores, que delimitam os seus campos, os pescadores não podem, de maneira alguma, marcar os seus territórios de pesca. No entanto, como qualquer predador, seja humano ou animal, o pescador deve identificar a sua área de busca e captura. A marca de propriedade temporária de uma área é assinalada, por exemplo, por boias ou simplesmente pela presença de um barco.

- Avaliar o grau de conhecimento que os pescadores têm dos fundos e das suas características/qualidades (areia, lama, pedra, coral, etc.), das correntes marítimas, do clima e dos ventos, dos hábitos e movimentos dos peixes (ictiologia) e biótopos (demersal, semi-pelágico/pelágico, bentónico)
- Os ecossistemas e fatores abióticos: quais os elementos que influenciam o meio (profundidade, calor, luz, vento, etc.)?

Comentário: as fozes e manguezais são espaços de interface entre águas doces e águas salgadas, entre terras e mares. Esses ecossistemas de transição possuem uma biodiversidade ictiológica abundante. São lugares de desova ou berçário (zonas não interligadas de alimentação, reprodução ou desova) ricos em espécies migradoras. A foz é uma área de passagem dos peixes, sejam potamótocos³ ou catádmomos⁴. Assim, atraídos pela diversidade e quantidade pescada, muitas categorias de pescadores profissionais (pescador fluvial, marinho-pescador) e amadores exploram legalmente ou ilegalmente essas zonas.

b) Toponímia

- Inventariar a toponímia vernácula das zonas de pesca.

³ Peixe que vive no mar, mas nasce e reproduz-se em água doce.

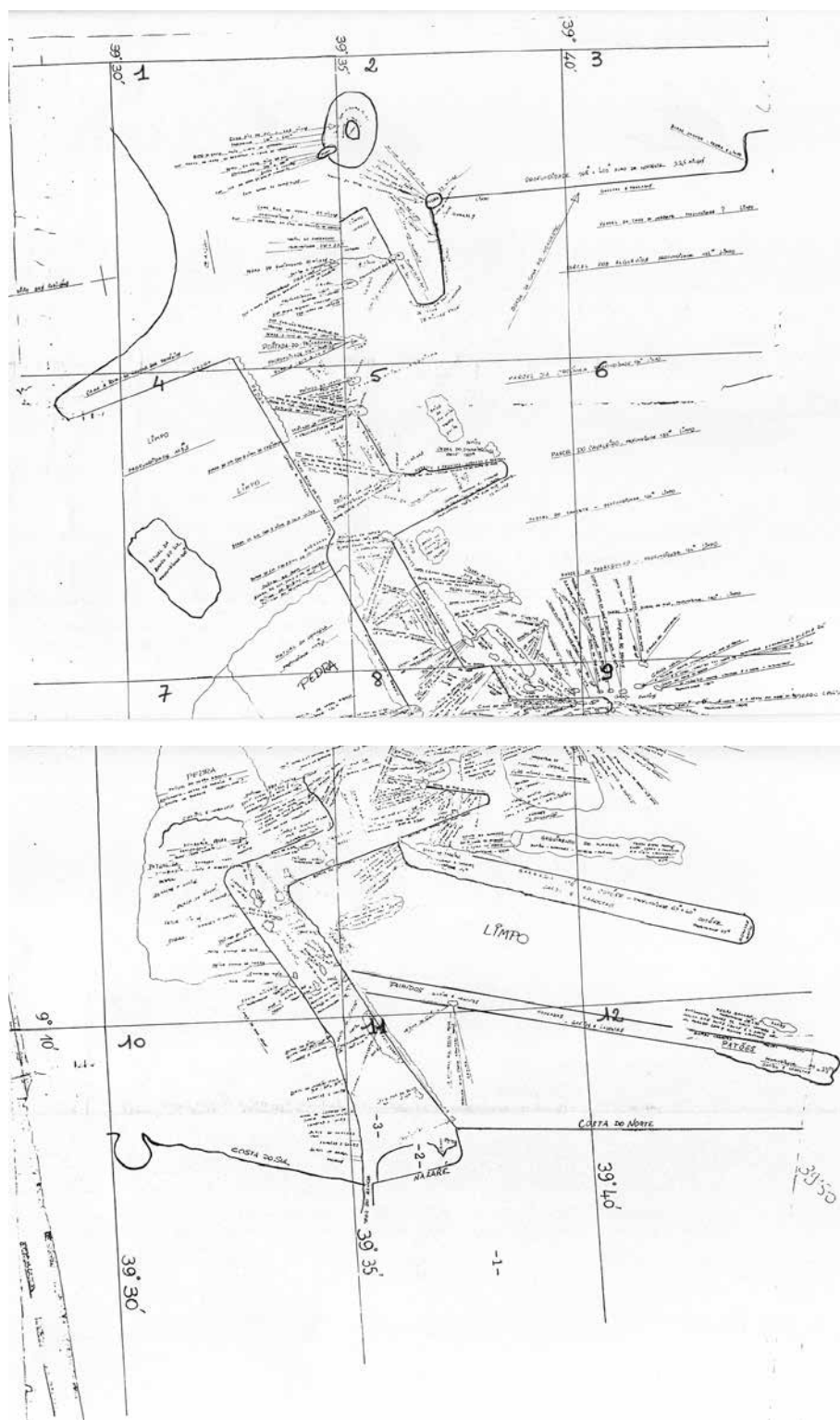
⁴ Peixe que vive em água doce, mas nasce e reproduz-se no mar.

Fig. 2 – Carta mental realizada por um pescador-armador, Nazaré, 1990 (Escallier 1995, 2014)

- Conhecer a sua evolução no tempo e no espaço.
- Analisar a sua transmissão geracional.
- Identificar a origem dos topónimos e as diferentes nomenclaturas utilizadas para nomear as zonas de pesca (nome próprio de um pescador; referências a um acontecimento histórico, religioso).
- Realizar um mapa dos pesqueiros, carta mental ou cognitiva (*cognitive map*, Tolman 1948) (fig. 2).

Comentário: o princípio do mapa cognitivo - conceito atribuído a Tolman - é uma representação mental que um indivíduo faz da organização do espaço em que se encontra. A sua utilidade é a de memorizar saberes, conhecimentos, bem como revelar a criação de um mundo imaginário. O conhecimento e a representação cognitiva da estrutura, das entidades e das relações com o espaço aplicam-se perfeitamente ao mundo marinho e halieútico. O estudo descritivo e analítico do património imaterial destina-se a capturar as forças invisíveis, tornar legível o pensamento visual, o imaterial/intangível, em suma oferecer uma reflexão fundamental sobre a etnologia das técnicas, e não receitas para descrever técnicas. Esta representação mental, portanto, não é uma fotografia, mas um conjunto de elementos recolhidos através das práticas quotidianas dos pesqueiros.

Comentário: para esquematizar o espaço marítimo e localizar os territórios explorados no quotidiano, os pescadores servem-se de coordenadas, criando uma rede de linhas invisíveis - *conhecença (enfiamento do mar/de terra)* ou ainda *senal do mar/de terra* - pontos determinantes de um rumo. Esta visão interna dos territórios é tão forte que todos os pescadores falam como se tivessem "visto" os fundos até os desenhar com as suas características: presença de pedras, qualidade do fundo, profundidade, espécies (essa percepção é particularmente desenvolvida entre os pescadores artesãos que medem os fundos manualmente, metro por metro, por meio de um fio de prumo). Estes alinhamentos dão um suporte à memória de cada pescador, criando assim mentalmente o seu próprio *cadastro mental*. Essas



informações, único verdadeiro património dos pescadores (conhecimento dos fundos, pesqueiros descobertos e explorados), são transmitidas aos descendentes.

falar os informadores. Também deve “fazer falar os objetos”. Porque fazer etnografia das técnicas não é apenas descrever um objeto na sua realidade intrínseca, mas também revelar o seu papel enquanto pensamento técnico. A ferramenta não é a técnica, ou sequer a cultura. O objeto assume o seu significado etno-antropológico, quando interrogado como um testemunho, e convém “ouvi-lo”. É necessário, portanto, não só fazer um inventário de ferramentas relacionadas com determinada tecnologia, mas também interrogar esta categoria de “informadores privilegiados”, que, com efeito, se revelam ser.

Assim, descrevendo a sua morfologia, função, funcionamento e a sua relação com a mão do usuário, vemos que esta ferramenta se encaixa em um conjunto de objetos e ações – uma técnica – e de um saber-fazer empírico e didático, formando uma cadeia operatória ou seja, a articulação de uma série de operações – de ações estruturadas – combinando o gesto, a ferramenta e/ou o homem (o homem podendo também ser considerado como uma ferramenta, quando usa diretamente as suas mãos para converter a matéria em produto) e os conhecimentos necessários para a realização de uma ação.

1. EMBARCAÇÃO

a) Características

- Tipo (canoa, bote à vela, bateira, bote a remo, lancha, catraia, cercador, arrastão...)
- Zona de pesca associada (local, costeira, do alto).
- Origem, evolução e particularismos técnicos da embarcação (forma da proa, da poupa, da quilha...).
- Arquitetura naval (molde/gabarito de seção, material, técnica).
- Superestrutura (com ou sem convés, quilha, casa do leme, sistema de propulsão, mastro, alador manual/motorizado...).

b) Identificações

- Nome: nomenclatura (familiar, religiosa, popular...).
- Matrícula: número e letra (significado, evolução, matrícula artesanal/industrial).
- Pintura das obras vivas e mortas (cor/código identitário, preparação de produtos tipo breu vegetal/mineral...).

- Representação gráfica (olho, peixe, cruz, lua, sol...) e significado.
- Objeto profílativo, simbólico (chifre, boneco/boneca, imagem religiosa ou profana...).

2. APETRECHO DE PESCA

a) Redes envolveres

- As redes de cerco (com ou sem cabo de retinida; operado por um ou dois navios: i.e. candil, traineira, cerco...).
- As redes envolveres/arrastantes (alar para praia/para bordo: i.e., arte xávega).
- As redes de arrasto pelo fundo/pelágico (de vara, pelo fundo com portas ou de parelha).

b) Redes de arrasto

- As dragas (rebocada por embarcação; de mão).
- As redes de sacada.
- As redes fixas (barragem, barreira, estacada; i.e., *armação, curral, zangaria, botirão/butirão*).
- As redes de emalhar (fundeada, derivante, envolvente, tresmalho, etc.).
- As redes de arremesso (i.e., tarrafa de mão).
- As redes de transporte (i.e., *xalavar*).
- Matérias utilizadas na construção das redes (têxtil vegetal/algodão, sisal, linho, coco; sintético, nylon 66) e afixação (cana, ramo de árvore).

c) Artes de pesca por ferimento

- Linhas de ou sem vara; simples, múltipla com anzol (i.e., *espinel, gorazeira, corrimão, chumbada, gigue, linha de faneca*).
- Aparelho de anzol (i.e., *espinel, trole, palangre fundeado/derivante*).
- Arma manual (*fisga, toneira*), mecânica (arpão).

d) Armadilhas de fundo

- Os covos: as formas (retangular, cilíndrica, semicilíndricas); i.e., *nassa, gaiola, murejona, galricho*...
- Os materiais de construção (rede, ferro/arame, vime, fibras e folhas de árvores, nylon, algodão).

- As espécies alvo (lagosta, lagostim, camarão, caranguejo).
- Os potes: forma e tamanho; matéria (barro) e espécie alvo (polvo); i.e., *alcatruz*.

3. CONserto E RESTAURO

- Quem conserta os apetrechos (pescador ativo, pescador reformado, mulher, especialista).
- Formação do especialista (empírica, institucional).
- Lugar das reparações (mar/terra: dentro ou fora do porto, armazém, praia, casa, rua).
- Reparação da embarcação (legislação).

QUESTIONÁRIO 4 – A FAINA DO MAR

1. TIPOS DE PESCA

a) Pesca recreativa

- Precisar quando se pratica cada atividade (hora, dia, estação).
- Quem pratica esta atividade (homem, mulher, criança, reformado, pescador ativo/reformado)?
- Individualmente ou em grupo (formação do grupo: em família ou com amigo/colega)?
- Pesca embarcada ou não? Tipo de barco, onde está armazenado, quem é o proprietário?
- Destino do produto da pesca. Consumido (com quem, em que ocasião, onde, quem prepara o peixe)?
- Descrever as diferentes fases da preparação das refeições.
- Modalidades das vendas (particular, profissional da restauração; localmente, fora da comunidade; tipo de produto vendido: legal ou ilegal)

b) Pesca profissional

- Definir a categoria das atividades (pesca de subsistência, artesanal, semi-industrial, industrial, ou seja, pesca local, costeira, do alto/longínqua)
- Definir a temporalidade (atividade principal, complementar, de transição, sazonal ou contextual).

2. ORGANIZAÇÃO DO OFÍCIO - PESÇA ARTESANAL

- Constituição da tripulação (pessoal navegante e não-navegante/pescador e não-pescador).
- Hierarquia (especialização e polivalência).
- Atribuição e permutação das tarefas e postos de trabalho.
- Regras comportamentais a bordo (regulamento oficial; costume).
- Tipo de remuneração (salário fixo/percentagem).
- Cálculo da remuneração principal (pesca industrial/pesca artesanal).
- Cálculo da remuneração secundária (prémio, quinhão de peixe...).
- Periodicidade do vencimento (mensal/semanal/quotidiana).
- Responsável do cálculo (armador, patrão de pesca, pescador, contabilista não-pescador, mulher/esposa do armador...).
- Quem faz a distribuição dos lucros (armador, patrão de pesca, esposa do armador/patrão...).
- Onde se faz a distribuição dos lucros (no barco, na casa do armador, na taberna dos pescadores...).
- Controlo e fiscalização da profissão.
- Contrato de trabalho (acordo verbal vs contrato escrito; redação, termos, renovação...)

Comentário: nas comunidades piscatórias artesanais tradicionais, cuja população está a envelhecer e não renovada pela juventude local, frequentemente os armadores/patrões embarcam pescadores reformados sem contrato.

3. PAPEL DA MULHER

a) Mulher pescadora

- Tipo de atividade exercida (técnicas).
- Finalidade (pesca de subsistência, profissional).
- Frequência (quotidiana, semanal/uma ou várias vezes, segundo as necessidades, sazonal).
- Organização (individual, em grupo, misto); grupo (amigável, profissional).

- Localização das atividades (rio, lago, *igarapé*⁶, margem do mar, alto mar, mar fechado).
- Estatuto e reputação da mulher pescadora (família, bairro, sociedade).
- Condições de trabalho (cédula, direitos, leis, proteção social...).

b) Mulher auxiliar do pescador

- Identificar o auxílio (esposa, filha, neta de pescador, familiar).
- Tipo de atividade exercida (técnicas pré e pós-pesca; descrever as técnicas e funções).
- Finalidade da atividade (subsistência, profissional).
- Frequência (quotidiana, semanal/ uma ou várias vezes, segundo as necessidades, sazonal).
- Quem é o pescador (pai, marido, irmão, familiar...).
- Localização das atividades (rio, lago, *igarapé*, margem do mar, alto mar, mar fechado).
- Estatuto da mulher não-pescadora (reconhecimento legal, vencimento...).
- Condições de trabalho (lei, sindicato, proteção social...).
- Condições sociais (reconhecimento, respeito, discurso masculino...).

Comentário: existem casos específicos.

Portugal: por razões económicas e fiscais, encontra-se, por vezes, a esposa do proprietário/armador registada oficialmente como membro de uma tripulação, nem sempre embarcada ou sem nunca praticar a profissão. Ela recebe, portanto, como os outros pescadores, o seu quinhão (percentagem do lucro da pesca).

Brasil⁷: em numerosas comunidades piscatórias brasileiras (nomeadamente na zona do Salgado situada na foz do rio Amazona), é comum uma mulher embarcar durante três semanas, período de uma campanha. Oficialmente, a sua tarefa é cozinhar para os pescadores. Mas, na realidade, essas mulheres, que habitualmente trabalham em bordéis, vão continuar a exercer a sua "atividade/profissão" a bordo, com óbvia redução de clientes. Daí ser uma oferta de trabalho apetecível, embora nem todos os armadores permitam o embarque de "cozinheiras" (Escallier 2011; Escallier & Maneschky 2004).

c) Atividades pré e pós-pesca

- Manutenção do produto da pesca: descarregar, transportar (descrever as técnicas de carregamento, o material utilizado, as posturas...).
- Tratamento do produto da pesca (lavar, separar, encaixar, transformar/dissecar salgar/enlatar); descrever as fases de cada processo.
- Venda do produto (mercado negro, mercado local/regional, leilão/lota).
- Tecer e consertar redes (e outros apetrechos); determinar as condições de trabalho (doméstico: a conta de um familiar; profissional: a conta de um armador); o lugar (casa, armazém, barco); sem/com remuneração; quem determina o preço da braça tecida, etc.?

d) Atividades turísticas paralelas de sobrevivência

- Mulheres: cozinhar (venda local ou sazonal); contratar os seus serviços em casa de turistas (esposa ou filha de pescador); arrendar cama, quarto, casa; vender/trocar quinhão de peixe⁸.
- Homem: construir miniaturas ilustrando a cultura piscatória (redes, barcos, bonecas com traje tradicional...).

⁶ Em Amazônia brasileira, um *igarapé* (termo oriundo do tupi significando "caminho de canoa") é um canal estreito e navegável, que se forma entre dois rios, duas ilhas fluviais ou a terra firme. Com pouca profundidade, costuma ficar escondido no interior de matas.

⁷ Investigações realizadas no quadro do programa *Populações WIF-Women in Fishing* do International Collective in Support of Fishworkers/Índia, coordenadas pelo Museu Paraense E. Goeldi, Belém (programa RENAS) e o Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Pará-Brazil.

⁸ Ou *caldeirada*, designa a parte de peixes atribuída à tripulação do barco após cada pescaria. Tradição ancestral em todas as comunidades piscatórias, essa prática é inerrante ao princípio da pesca artesanal, ou seja, de substância. Constituída, em geral, por peixe com menor valor comercial ou danificado.

QUESTIONÁRIO 5 - COMO TRANSCREVER UM PROCESSO TÉCNICO?

Leroi-Gourhan introduz a noção de tecnologias culturais, afirmando: « [o] fim não está no estudo das técnicas humanas, mas no estudo do homem que pensa e age tecnicamente... »⁹. Estabelece, por conseguinte, uma relação entre as técnicas e os fenómenos culturais, destacando-as da tecnologia pura.

Podemos prosseguir de duas maneiras:

Uma é a transcrição literária que permite integrar as observações dos gestos técnicos, as informações mais gerais, por exemplo sobre a meteorologia, as condições do mar, pormenores sobre as fases de descanso, os períodos de pausas e refeições ou as conversas entre os marinheiros. Também possibilita tomar conta de episódios, tais como a interrupção accidental da atividade em curso, as disputas entre os homens que esclarecem sobre as relações sociais. Esta descrição também relata todos os componentes de uma técnica: os gestos, a terminologia vernacular, as leis mecânicas e as relações económicas, sociais e rituais. É para compensar as desvantagens de uma exposição demasiada longa que a descrição literária vai acompanhada de ilustrações (desenho, fotografia...) que fixam o gesto, mas que permanecem, no entanto, silenciosas quanto ao encadeamento das operações. Todavia, as descrições dos processos técnicos são indispensáveis, quando as técnicas nunca foram objeto de investigação etnológica.

A etnografia das técnicas, longe do seu significado primário (simples descrição do objeto) e para uma abordagem mais etnológica, cria tipologias aplicadas. As classificações são necessárias para comparar, identificar, detetar os processos de inovação, evolução, difusão e empréstimo tecnológicos (elementos tomados a outras tecnologias). Esta análise facilita a analogia entre processos técnicos e sociais.

O objeto técnico testemunha simultaneamente o passado, a história de uma comunidade (evolução da construção naval, das formas, dos mate-

riais), mas igualmente o seu dinamismo através das adaptações e inovações tecnológicas. Só o conhecimento de um passado técnico, social e económico permite compreender a evolução de um grupo. O objeto é, portanto, uma memória para consultar, mas também para preservar enquanto património.

A segunda forma de transcrição é a *cadeia operativa técnica* (Lemonnier 1976, Cresswell 1983), que permite visualizar os encadeamentos. Do tipo instantâneo, onde cada gesto está relacionado com o agente que o executa, ela revela os pontos de articulação entre o material, o económico, o social e o simbólico e reflete as limitações da organização, as divisões de trabalho, etc. Seu aspeto sintético permite comparar rapidamente as operações de uma técnica com outra (por exemplo, entre um espinhel costeiro e pelágico) mas, no entanto, dificulta o estabelecimento de conclusões em paralelo de duas operações distintas (Escallier 1995).

⁹ [la]fin n'est pas dans l'étude des techniques humaines, mais dans l'étude de l'homme qui pense et agit techniquement. » (1952: 515).

Fig. 4 – Exemplo de cadeia operatória técnica realizada a partir de uma pesca com xávega (1.ª fase)

FASES	TEMPO REAL	TEMPO DA AÇÃO	1 er	2 o	3 o	OPERAÇÕES	LUGAR DA AÇÃO	OBSERVAÇÕES
Preparação do material	10h00	10 min	X	X	X	Vão buscar o material	Rua	Rede no armazém
	10h10	20 min	X	X	X	Vão no porto	Beira do mar	Trajeto a pé
	10h10	1 min		X		Dirige-se/Praia	Beira do mar	Frente ao café <i>Beira-Mar</i>
	10h30	5 min	X		X	Preparam material	No cais	Ligam cordas e âncoras
	10h35	5 min		X		Embarca	No cais	Fixa remas no barco
	10h36		X		X	Embarcam	Barco	Sentam-se no centro
Embarque	10h41	20 min	X	X	X	Remam	Porto	Remam em direção da costa
Chegada à pesqueira	11h04	1 min	X	X		Mudam de lugar	Barco	Inversão proa/poupa
				X	X	Remam, manobram	-	Estabiliza o barco
Lanço rede	11h05	1 sec		X		Lança cabaça amarela	Zona/barr a	Da proa/em direção da praia
Fim da operação	12h00	5 min	X			Coordena a manobra Passagem da barra = rema	Zona/barr a	Sentado na popa, o patrão rema. Face a face com B e C.
Desembarque do material	12h05					Tiram os remos da água	Zona/barr a	Colocam os remos dentro barco
Fim da 1ª fase da operação	12h13	5 min	X	X	X	Puxam o barco em seco	Praia	A 30 m do mar
	12h18	1 min	X			Decide da hora da alagem	Praia	Dispersam-se

CONCLUSÃO: PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS NO CAMPO

Algumas regras básicas a seguir:

Mesmo num dia de “folga”, um investigador mantém-se atento e, sobretudo, não deverá sair sem ter consigo, pelo menos, um caderno, uma esferográfica, uma fita métrica (indispensável para um etnógrafo) e uma máquina para fotografar, porque sempre, na curva do caminho ou numa esquina, poderá encontrar o informador ou o apetrecho, que procurava.

Fotografar: a fotografia não é somente um testemunho ou um suporte etnográfico. É também um excelente meio de comunicação com os habitantes, em geral, e os informadores, em particular. Não hesite em oferecer aos pescadores e as mulheres/esposas exemplares das fotografias tiradas

durante uma saída no mar ou um lanche, numa estadia precedente. É um excelente meio para reativar contatos depois de uma ausência prolongada do investigador. Muitas vezes, as fotografias serão comentadas e passarão de mão em mão, circulando entre tripulantes e vizinhos.

Desenhar um objeto exige respeito pelas escalas. Se pretende desenhar a partir de uma imagem, antes de fotografar, coloque ao lado um “estalão”, objeto cujas dimensões são conhecidas. Muitas vezes os etnógrafos usam uma caixa pequena de fósforos.

Gravar uma conversa: deverá sempre pedir autorização antes de ligar o gravador. Usar desta ferramenta em circunstância especial (várias pessoas), mas privilegiar as conversas sem gravador, quando se tratar de uma entrevista individual de modo a favorecer as confidências. É de tradição

afirmar-se que os marinheiros/pescadores são pouco faladores. Daí a dificuldade, por vezes, de “fazer falar” o seu informador. O mar – mundo do silêncio – é um lugar incomum. Tem uma força estranha, poderosa, capaz de transformar os homens que vivem nele e para ele, fazendo do mar o seu universo físico e mental. Os pescadores são gente incomum.

A procura do primeiro embarque: ser convidado, pelos informadores, é fruto de paciência. Posso testemunhar que foi necessário esperar quatro meses antes de eu embarcar, pela primeira vez, num cercador nazareno. Mas numa pequena comunidade, onde as notícias se espalham rápido, praticamente a vila toda sabia do meu embarque. E a partir desse dia, os pescadores regularmente convidaram-me!

Legalmente, convém ao investigador apresentar-se na Capitania (por vezes, na presença do proprietário do barco), antes de embarcar, de modo a obter uma autorização para embarcar (nas pequenas localidades, com práticas artesanais, esta obrigação é frequentemente ignorada; mas o jovem investigador deve saber que, em caso de acidente a bordo, ele não terá nenhum recurso (o seguro de barco cobra somente os acidentes da tripulação).

Antecipar o embarque: a maioria das pequenas embarcações artesanais, inclusive as que têm um convés, não têm casa de banho ainda menos sanitas. Para satisfazer as necessidades fisiológicas, os pescadores simplesmente sentam-se na borda da embarcação. O investigador presente deverá considerar essa situação como sensível e manter uma postura discreta. Ainda mais quando se trata de uma investigadora. Concretamente, o patrão pode propor-lhe um balde... mas sem espaço íntimo e escondido, isso torna uma experiência complicada no meio dos marinheiros atarefados. Quando uma campanha não ultrapassa 15/18 horas, a melhor “técnica” é uma preparação mental que “as provas de longa distância exigem” e também física: duas ou três horas antes de embarcar, evitar comer e beber com excesso; durante a campanha, comer apenas para evitar um desconforto e beber somente para manter a boca humedecida. A utilização de uma proteção íntima também tranquilizará aquelas/aquelas que enfrentam esta situação.

Quando se trata de embarque de investigadora: os marinheiros são tradicionalmente supersticiosos. A presença de uma mulher a bordo pode gerar tensões e frustrações num espaço reduzido, num universo de homens rudes. Por vezes apenas tolerada, quando a situação se torna perigosa (acidente, naufrágio...), ela é julgada responsável por todos os desastres. Hoje ainda, há sociedades piscatórias onde a presença feminina incomoda os tripulantes. Recusam, por isso, embarcar uma investigadora. Este facto requer cuidado e paciência, em especial quando se trata de uma jovem investigadora que prevê uma estadia prolongada no campo.

Observar ou participar?: por tradição, a pesquisa de campo em etnologia-antropologia consiste num trabalho de campo prolongado, permitindo o desenvolvimento de uma observação dita participante (Malinovsky¹⁰). Mas as práticas de observação diferem consoante o tipo e o grau de proximidade e o envolvimento do investigador com o meio observado. A imersão prolongada permite a maturação dos processos de análise, mas nem sempre exige que o observador se torne ator. Por exemplo, num espaço reduzido como um convés, quando os pescadores entram na fase mais perigosa da alagem de uma rede, o observador neófito deve manter-se a distância da zona de atividade, nem interferir no processo técnico sem autorização. Um gesto errado num momento decisivo pode resultar num desastre: perder um dia de trabalho ou provocar um acidente. Por outro lado, e conforme as circunstâncias, o observador pode tornar ator, aplicando o princípio da “participação observante”.

Tornar-se camaleão no jardim das circunstâncias: o campo de investigação não é um palco onde se exprime a personalidade do investigador. Deve, por isso, adotar uma postura discreta tanto nos comportamentos físicos – gestos, posturas, etc. – como na sua maneira de vestir. E lembro-me de uma história que me contaram - hilares até sarcásticos - pescadores como se tinha comportado um antropólogo vindo do norte da Europa: quando convidado por uma tripulação a beber um copo na taberna – lugar rústico com bancos de madeira onde os homens se deitavam para fazer a

10 Método de investigação de estudo etnológica introduzido por Bronislaw Malinowski e John Layard no início do séc. XX, nas sociedades melanésias (Malinowski 1922)

sesta nos dias chuvosos –, esse senhor costumava aparecer sempre com gravata-borboleta, pedindo whisky em vez de partilhar com os seus informadores a bebida local – mistura de vinho com cerveja – ou qualquer aguardente! O investigador tem de ser um camaleão!

Beber e comer = o “suplício” do terreno etnográfico: o etnólogo encontra-se regularmente na situação de ser obrigado a consumir todos os alimentos que lhe são oferecidos. Alimentos sólidos ou líquidos. Beber álcool é frequente, até que se diz, não sem humor, que a “doença que caracteriza o antropólogo é a cirrose do fígado”! Gosto e desgosto culturais não são os únicos transtornos que o investigador deve enfrentar. Trabalhar num terreno insalubre como, por exemplo em zonas tropicais/equatoriais, húmidas como os manguezais, sem água potável nas aldeias, obrigando os seus habitantes a extrair de um poço contaminado por fezes animais e humanas infetadas (bactérias/amebas) o líquido que depois servirá, previamente fervido ou não... a confeção do sumo ou chá que lhe será servido.

As trocas de alimentos entram no jogo do *dom e contra dom* (Mauss 1968) que liga os indivíduos, marca o reconhecimento, a amizade, o respeito e a confiança. Facilitam o trabalho do investigador. Recusar os dons pode originar o rompimento das relações com o grupo cultural investigado. O dilema é escolher entre a integração no grupo e a aceitação ou a afirmação da sua diferença, e saber recusar.

E O PRIMEIRO DIA... Abordar pela primeira vez um terreno e uma população desconhecida necessita tanto flexibilidade e improvisação como procedimentos e protocolos. Adaptação é a palavra-chave do investigador. Quando se chega num campo virgem o que fazer primeiro? Certamente é a questão que se coloca, de uma assentada, a um estudante. Respondo: **“Nada! Não faça nada!”** em nada se assemelhando em etapas oficiais, administrativas (capitania, lota, Câmara Municipal, etc.). Tem de começar por apreender o espaço: caminhar pelas ruas, ouvir ruídos, respirar odores, observar a deslocação das pessoas, os itinerários e cenas de rua, perceber os limites dos bairros através da sua arquitetura, a sua toponímia e os grupos que vivem lá; perceber a disposição geográfica, os locais de atividades, os espaços masculinos, femininos e mistos a partir das suas práticas quotidianas e sociais (espaços dos pescadores e

não-pescadores), etc., em suma, convém praticar uma observação dita “de pássaro” (Mann 1973: 91) quer dizer saber “espiar e escutar” (*op. cit.* 89), duas habilidades essenciais de um investigador. É a fase de instalação para quem decide viver na comunidade alvo, na verdade, já faz parte do levantamento etnológico/etnográfico.

E apesar das recomendações e orientações acima inventariadas, fruto da experiência profissional acumulada, quem comanda antes de tudo é “o terreno”, os informadores... e a meteorologia! O jovem investigador confrontado, pela primeira vez, com o seu próprio terreno deverá, provavelmente, reorganizar toda a sua metodologia de trabalho, alterar/reorientar a sua problemática, enfim adaptar-se às “circunstâncias aleatórias”, aquelas que definem perfeitamente a profissão dos marinheiros. Mesmo no meio de uma cidade, o jovem terá o sentido de explorar um terreno “virgem”. E como dizem os marinheiros, antes da partida, desejo-vos *Bom vento e bom mar!*

BIBLIOGRAFIA

Baldaque da Silva, A. A., 1891, *Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino, referido ao ano 1886*. Ministério da Marinha e Ultramar. Lisboa, Imprensa nacional.

Brandão, R., [1923] 1998, *Os Pescadores*. Lisboa, Aillaud e Bertrand.

Carvalho, O. da C., 1942, *Elementos para um glossário da linguagem da pesca. Monografia dos linguajares das praias da Leirosa e das Costas de Lavos*. Dissertação de licenciatura. Coimbra.

Castelo Branco, M. de, 1981, *Embarcações e artes de pesca*. Lisboa, Ed. Lisnave Estaleiros Navais de Lisboa SARL.

Cresswell, R. (éd.), 1975, *Éléments d'ethnologie*, vol. 2. Paris, Armand Colin.

Cresswell, R., 1983, "Transfert de techniques et chaînes opératoires", *Techniques et culture*, 2: 143-159. Paris, EHESS.

Escallier, C., 1995, *L'Empreinte de la Mer : Identité des pêcheurs de Nazaré, Portugal. Ethnologie d'une communauté de pêcheurs*. Thèse de doctorat ISSN.0294-1767- AN

Escallier, C. & M.-C. Maneschky, 2004, "Mulheres na Pesca Artesanal no Pará: percepção e estatuto", *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, 3 (1): 77-84.

Escallier, C., 2011, "A prostituição como estratégia de sobrevivência nas comunidades piscatórias do Pará-Brasil", *Anais Eletrônicos do XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidade-Desigualdade*, Salvador, UGB, 7-10/08/2011.

Escallier, C., 2014, *Les pêcheurs de Nazaré (Portugal). L'empreinte de la mer*. Paris, L'Harmattan, ISBN : 978-2-343-03178-1.

Geistdoerfer, A., 1987, *Pêcheurs acadiens, Pêcheurs madelinots. Ethnologie d'une communauté de pêcheurs*. Paris, Edition du CNRS.

Glossarium, 1987, *Artes de pesca = fishing gear = engines de pêche = fischfanggerat...* Commission of the European Communities, 1, Luxembourg: CCE. (multilingue)

Glossarium, 1990, *Embarcações de pesca e segurança a bordo*. Commission of the European Communities, 1, EUR 12465/1. Luxembourg: CCE. (multilingue)

Hall, E. T., 1986, *A Dimensão oculta*. Lisboa, Relógio D'Água Editores.

Haudricourt, A.-G., [1964]1987, "La technologie, science humaine", *Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques*. Paris, MSH: 37-46.

Koechlin, B., 1975, "Les Vezo du Sud-Ouest de Madagascar. Contribution à l'étude de l'éco-système de semi-nomades marins", *Cahiers de l'Homme. Ethnologie-Géographie-Linguistique* (XV), préface de G. Condominas. Paris-La Haye, Mouton.

Koechlin, B. & J. Matras, 1971, "Pour une ethno-technologie : élément d'un manuel de technologie culturelle", *Bulletin du Centre de Documentation et de Recherche sur l'Asie du Sud-Est et le Monde Insulindien*, 1 (3). Paris, EPHE & C.N.R.S.

Lefebvre, H., 1998, *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática.

Leroi-Gourhan, A., 1945, *Evolution et technique-Milieu et techniques*. Paris, A. Michel.

Leroi-Gourhan, André, 1952, "Sur la Position Scientifique de l'Ethnologie", *La Revue Philosophique*, oct-déc. Paris, PUF.

Lopes, A. M. S. da S., 1975, "O vocabulário marítimo português e o problema dos mediterraneísmos", *Revista Portuguesa de Filologia*, 16-17. Coimbra, FDL.

Malinowski, B., 1922, *Argonauts of the Western Pacific: An account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. London, Routledge & Kegan Paul LTD.

Mann, P. H., 1973, *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

Mauss, M., [1923-24] 1968, "Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques", *L'Année Sociologique*. Paris, PUF.

Mauss, M., [1934] 1974, "Técnicas corporais", *Sociologia e Antropologia*. vol. II. São Paulo, EPU/EDUSP.

Ratajski, L., 1977, The Research Structure of Theoretical Cartography. *Journal Cartographica, The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 14 (1): 46-57.

Tolman, E. C., 1948, "Cognitive Maps in Rats and Men", *The Psychological Review*, 55(4), 189-208.